

Litel Participações S.A.
Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	211.933	302.075	218.018	302.421
Tributos a recuperar	6	366.034	509.441	366.379	520.671
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	7	312.730	1.304.752	-	937.153
Total do circulante		890.697	2.116.268	584.397	1.760.245
Não circulante					
Tributos a recuperar	6	12.675	-	12.675	-
Investimentos	7	36.214.537	31.072.976	36.520.878	31.432.819
Total do não circulante		36.227.212	31.072.976	36.533.553	31.432.819
Total do ativo		37.117.909	33.189.244	37.117.950	33.193.064
Passivo					
Circulante					
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8	81	585.476	97	585.476
Tributos e contribuições a pagar	8	-	39.456	-	43.230
Outras contas a pagar		218	176	243	222
Total do circulante		299	625.108	340	628.928
Não circulante					
Dividendos e juros sobre o capital próprio	9 f)	4.593.953	5.355.047	4.593.953	5.355.047
Total do não circulante		4.593.953	5.355.047	4.593.953	5.355.047
Total do passivo		4.594.252	5.980.155	4.594.293	5.983.975
Patrimônio líquido					
Capital social	9	7.106.481	7.106.481	7.106.481	7.106.481
Ajustes de avaliação patrimonial		10.925.369	9.268.386	10.925.369	9.268.386
Reservas de lucros		14.491.807	10.834.222	14.491.807	10.834.222
Total do patrimônio líquido		32.523.657	27.209.089	32.523.657	27.209.089
Total do passivo e do patrimônio líquido		37.117.909	33.189.244	37.117.950	33.193.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto o resultado por ações do capital social

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas	10	(181.972)	(114.753)	(198.544)	(125.307)
Resultado de participações societárias em controladas	7	5.358.664	3.478.338	5.384.163	3.489.055
Resultado na variação do percentual de participação societária	7	330.854	-	356.197	-
Resultado da distribuição de ativos não financeiros	7	1.044.537	-	1.044.537	-
Indenizações pagas	13	(1.410.000)	-	(1.410.000)	-
Amortização do ágio	7	(11.951)	-	(11.951)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		5.130.132	3.363.585	5.164.402	3.363.748
Receitas (despesas) operacionais	11				
Receitas financeiras		24.428	59.595	28.953	59.879
Despesas financeiras		(31.463)	(32.464)	(31.708)	(33.723)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.123.097	3.390.716	5.161.647	3.389.904
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente		-	(667.620)	(38.550)	(668.029)
Diferido		-	7.327	-	8.548
Lucro líquido do exercício		5.123.097	2.730.423	5.123.097	2.730.423
Lucro por ações do capital social básico e diluído – (Em R\$)		18,59	9,91	18,59	9,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	5.123.097	2.730.423
Ajustes de conversão reflexos do exercício		
Ajustes acumulados de conversão reflexo	3.226.253	1.229.943
	<u>3.226.253</u>	<u>1.229.943</u>
Ajustes de avaliação patrimonial reflexos		
Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexo	24.227	(163.252)
Hedge de investimento líquido reflexo	(426.527)	(126.461)
Ajustes ao valor justo de investimento em ações reflexo	(788.553)	-
	<u>(1.190.853)</u>	<u>(289.713)</u>
Total do resultado abrangente	<u>7.158.497</u>	<u>3.670.653</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	7.106.481	1.421.296	7.789.151	-	7.855.420	24.172.348
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.730.423	-	2.730.423
Resultados abrangentes reflexos						
Ajustes acumulados de conversão reflexo	-	-	-	-	1.229.943	1.229.943
Ajustes de avaliação patrimonial reflexo	-	-	-	-	(52.210)	(52.210)
Hedge de fluxo de caixa reflexo	-	-	-	-	(126.461)	(126.461)
Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexo	-	-	-	-	(163.252)	(163.252)
Efeito da troca de ações ON/PN da Vale	-	-	-	-	524.946	524.946
Destinação do resultado do exercício						
Juros sobre capital próprio deliberados	-	-	(383.147)	(723.501)	-	(1.106.648)
Constituição de reservas	-	-	2.006.922	(2.006.922)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	7.106.481	1.421.296	9.412.926	-	9.268.386	27.209.089
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.123.097	-	5.123.097
Resultados abrangentes reflexos						
Ajustes acumulados de conversão reflexo	-	-	-	-	3.226.253	3.226.253
Ajustes ao valor justo de investimento em ações	-	-	-	-	(788.553)	(788.553)
Hedge de investimento líquido reflexo	-	-	-	-	(426.527)	(426.527)
Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexo	-	-	-	-	24.227	24.227
Realização de resultado abrangente na entrega das ações	-	-	-	-	(344.217)	(344.217)
Realização na variação de percentual de participação	-	-	-	-	(34.200)	(34.200)
Destinação do resultado do exercício						
Juros sobre o capital próprio deliberados	-	-	(184.738)	(966.330)	-	(1.151.068)
Dividendos complementares para atingir o mínimo obrigatório	-	-	-	(314.444)	-	(314.444)
Constituição de reservas	-	-	3.842.323	(3.842.323)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.106.481	1.421.296	13.070.511	-	10.925.369	32.523.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações do fluxo de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	5.123.097	2.730.423	5.123.097	2.730.423
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício				
Resultado de equivalência patrimonial	(5.358.664)	(3.478.338)	(5.384.163)	(3.489.055)
Ganho na variação de percentual de participação societária	(330.854)	-	(356.197)	-
Resultado da distribuição de ativos não financeiros	(1.044.537)	-	(1.044.537)	-
Amortização do ágio	11.951	-	11.951	-
Provisão para contingência	1.410.000	-	1.410.000	-
Variações monetárias	26.448	(6.961)	25.929	(6.987)
	<u>(162.559)</u>	<u>(754.876)</u>	<u>(213.920)</u>	<u>(765.619)</u>
Variações nos ativos e passivos				
Tributos a recuperar	209.511	(92.783)	182.373	(100.845)
Tributos e contribuições a pagar	(701.551)	686.041	(666.768)	686.454
Outras provisões	42	17	21	33
Indenizações pagas	(1.410.000)	-	(1.410.000)	-
Depósito judicial	-	63	-	63
	<u>(1.901.998)</u>	<u>593.338</u>	<u>(1.894.374)</u>	<u>585.705</u>
Caixa líquido usado das atividades operacionais	<u>(2.064.557)</u>	<u>(161.538)</u>	<u>(2.108.294)</u>	<u>(179.914)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	2.528.633	854.189	2.578.109	871.848
Caixa líquido provenientes nas atividades de investimento	<u>2.528.633</u>	<u>854.189</u>	<u>2.578.109</u>	<u>871.848</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(554.218)	(441.212)	(554.218)	(441.212)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	<u>(554.218)</u>	<u>(441.212)</u>	<u>(554.218)</u>	<u>(441.212)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes no exercício	<u>(90.142)</u>	<u>251.439</u>	<u>(84.403)</u>	<u>250.722</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	302.075	50.636	302.421	51.699
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>211.933</u>	<u>302.075</u>	<u>218.018</u>	<u>302.421</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Insumos adquiridos de terceiros	(13.833)	(6.883)	(14.276)	(7.462)
Serviços contratados	(13.833)	(6.883)	(14.276)	(7.462)
Valor adicionado líquido	(13.833)	(6.883)	(14.276)	(7.462)
Valor adicionado recebido em transferência de terceiros	5.336.532	3.537.933	5.391.899	3.548.934
Resultado de participações societárias em controladas	5.358.664	3.478.338	5.384.163	3.489.055
Ganho na variação do percentual de participação societária	330.854	-	356.197	-
Resultado da distribuição de ativos não financeiros	1.044.537	-	1.044.537	-
Indenizações pagas	(1.410.000)	-	(1.410.000)	-
Amortização do ágio	(11.951)	-	(11.951)	-
Receitas financeiras	24.428	59.595	28.953	59.879
Atualização Selic s/ IR a compensar	2.078	32.030	2.596	32.056
Rendimento s/ títulos de renda fixa	21.460	27.565	25.467	27.823
Outras receitas financeiras	890	-	890	-
Valor adicionado total a distribuir	5.322.699	3.531.050	5.377.623	3.541.472
Impostos federais				
PIS e COFINS sobre JCP	168.139	107.870	184.268	117.845
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	667.620	38.550	668.029
Imposto de renda contribuição social - Diferida	-	(7.327)	-	(8.548)
Despesa financeira líquida	31.463	32.464	31.708	33.723
Lucros retidos	5.123.097	2.730.423	5.123.097	2.730.423
Valor adicionado distribuído	5.322.699	3.531.050	5.377.623	3.541.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1 Contexto operacional

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participação direta na Litela Participações S.A. ("Litela") e conjuntamente são denominadas "Grupo". A Litel possui também participação de forma direta na Vale S.A. ("Vale") e de forma indireta por meio de sua controlada Litela.

A Litela é uma sociedade por ações de capital fechado, integralmente controlada pela Companhia, cujo objeto é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos.

A Companhia detinha participação na Valepar S.A. ("Valepar"), que foi incorporada pela Vale em 14 de agosto de 2017, sendo uma sociedade por ações de capital fechado que tinha por objeto participar exclusivamente como acionista controladora da Vale.

A Companhia é signatária do Acordo de Acionistas da Vale firmado em 14 de agosto de 2017, o qual estabelece as condições que regem os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, regulando, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2019.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para fins de uma melhor apresentação, algumas contas foram reclassificadas entre rubricas das atividades operacionais e de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados. Com o objetivo de refletir uma melhor comparabilidade, tais reclassificações também foram efetuadas no exercício de 2017.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

As tabelas a seguir resumem os efeitos na demonstração do fluxo de caixa do exercício de 2017:

	Controladora		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias	-	(6.961)	(6.961)
Variações nos ativos e passivos			
Tributos a recuperar	(124.813)	32.030	(92.783)
Outras provisões	18	(1)	17
Dividendos e juros sobre o capital próprio	199.992	(199.992)	-
Caixa líquido usados nas atividades operacionais	13.386	(174.924)	(161.538)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	679.265	174.924	854.189
Caixa líquido provenientes das atividades de investimentos	679.265	174.924	854.189

	Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias	-	(6.987)	(6.987)
Variações nos ativos e passivos			
Tributos a recuperar	(126.594)	25.749	(100.845)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	203.554	(203.554)	-
Caixa líquido usados nas atividades operacionais	4.878	(184.792)	(179.914)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	687.056	184.792	871.848
Caixa líquido provenientes das atividades de investimentos	687.056	184.792	871.848

Essas reclassificações não trouxeram quaisquer impactos materiais sobre a variação do caixa e equivalentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Consolidação

a. Controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia refletem os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, e as operações da Companhia e de sua controlada direta Litela para aqueles exercícios.

b. Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em controladas em conjunto e coligadas inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. A participação do Grupo nos resultados abrangentes de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado abrangente. A participação do Grupo nas demais movimentações patrimoniais de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma controlada em conjunto e coligada for igual ou superior a sua participação na controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em seu nome.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e seus empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto e coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária for reduzida, mas for retido o controle conjunto ou a influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empreendimentos controlados em conjunto, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em função de o ágio (*goodwill*), integrar o valor contábil dos empreendimentos controlados em conjunto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

As participações da Companhia na sua controlada e na controlada em conjunto, excluídas as ações em tesouraria, são as seguintes:

	% de participação no capital total	
	2018	2017
Controladas		
Direta (consolidada)		
Litela Participações S.A.	100,00%	100,00%
Em conjunto (avaliadas pelo MEP)		
Vale S.A. (*)	20,98%	21,33%

(*) Inclui 19,09% de participação direta (19,46% em 31 de dezembro de 2017) e 1,89% de participação indireta (1,87% em 31 de dezembro de 2017) por meio da Litela Participações S.A.

c. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada e a controlada em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual as empresas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4 Ativos financeiros

a. Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, o pronunciamento IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros entrou em vigor. Não houve nenhum impacto relevante na adoção deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os ativos financeiros da Companhia anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 / IAS 39, passam a ser classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme as classificações do CPC 48 / IFRS 9. A classificação de ativos financeiros depende da finalidade para a qual tais ativos foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

b. Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

c. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

d. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para ativos não financeiros de longa duração quando há indicação de redução do valor recuperável é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os saldos de *goodwill* são testados para *impairment* pelo menos uma vez por ano.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificadas evidências de *impairment* nos ativos financeiros da Companhia.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

2.7 Resultado financeiro

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

A despesa financeira é composta, basicamente, pela atualização monetária de dividendos a pagar e pelos tributos incidentes sobre as receitas financeiras.

2.8 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

2.9 Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 / CPC 06 substitui o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não espera nenhum impacto na adoção deste pronunciamento, uma vez que não possui transações da natureza a que ele se refere.

4 Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem, substancialmente, das operações realizadas pela Vale.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Disponibilidades	3	2	5	5
Fundos de Investimentos	211.930	302.073	218.013	302.416
	211.933	302.075	218.018	302.421

Está representada substancialmente pelos depósitos bancários à vista e em aplicações em fundos de investimentos de curto prazo, administrados pela BB Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banco do Brasil) e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos de renda fixa, objetivando acompanhar a rentabilidade do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic. O rendimento acumulado do referido fundo em 2018 foi de 5,98% (9,94% em 2017).

Litel Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário****6 Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ e CSLL	345.626	383.142	345.625	387.661
IRRF sobre recebimentos de JCP	28.580	121.278	28.580	127.951
IRRF sobre aplicações financeiras	4.503	5.021	4.849	5.059
	378.709	509.441	379.054	520.671
Ativo circulante	366.034	509.441	366.379	520.671
Ativo não circulante	12.675	-	12.675	-
	378.709	509.441	379.054	520.671

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes.

7 Investimentos**a. Investimentos – controladora**

Dados das controladas	Litela	Vale
Patrimônio líquido em:		
31 de dezembro de 2017	2.727.196	143.757.534
31 de dezembro de 2018	3.322.280	170.402.626
Lucro líquido em:		
31 de dezembro de 2017	294.681	17.627.201
31 de dezembro de 2018	460.111	25.656.526
Percentual de participação em:		
31 de dezembro de 2017	100%	19,46%
31 de dezembro de 2018	100%	19,09%
Quantidade de ações possuídas em:		
31 de dezembro de 2017	28.386.271	1.011.457
31 de dezembro de 2018	28.386.271	978.747

Litel Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

A movimentação de proventos deliberados e pagos por suas controladas, referentes aos exercícios 2018 e 2017, está composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo Inicial	1.304.752	372.418	937.153	18.260
JCP deliberados no exercício	1.323.607	1.166.024	1.450.577	1.231.813
IRRF s/ JCP deliberados no exercício	(272.657)	(174.924)	(298.813)	(184.792)
Recebimento de JCP no exercício	(2.082.261)	(622.861)	(2.088.918)	(669.635)
Dividendos deliberados no exercício	282.992	126.390	190.379	17.421
Reversão de dividendos propostos Litela em 2017	(69.987)	-	-	-
Recebimento de dividendos no exercício	(173.715)	(56.404)	(190.379)	(17.421)
JCP proposto - destinação do resultado da Vale	-	494.109	-	541.507
	312.730	1.304.752	-	937.153

Movimentação dos investimentos	Litela	Valepar	Vale	Total
Saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2016	2.461.361	25.137.278	-	27.598.639
Dividendos deliberados	(82.552)	(715.287)	-	(797.839)
Equivalência patrimonial	114.349	1.306.072	-	1.420.421
Troca de ações PN por ON	77.350	806.320	-	883.670
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	12.969	135.201	-	148.170
Sub-total	2.583.477	26.669.584	-	29.253.061
Alteração do investimento em 14/08/2017	-	(26.669.584)	26.669.584	-
Equivalência patrimonial	180.334	-	1.877.584	2.057.918
Dividendos e JCP deliberados	(69.987)	-	(918.697)	(988.684)
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	64.751	-	675.098	739.849
Ajustes de avaliação patrimonial	(31.379)	-	(327.345)	(358.724)
Saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2017	2.727.196	-	27.976.224	30.703.420
Dividendos e JCP deliberados	(109.276)	-	(1.497.322)	(1.606.598)
Reversão de dividendos propostos em 2017	69.987	-	-	69.987
Equivalência patrimonial	460.111	-	4.898.552	5.358.664
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas (1)	174.262	-	1.861.138	2.035.400
Ganho na variação de percentual de participação de participação societária	-	-	330.854	330.854
Resultado na distribuição de ativos não financeiros	-	-	(1.034.794)	(1.034.794)
Saldo de investimentos em 31/12/2018	3.322.280	-	32.534.652	35.856.933
Ágio do investimento em 31/12/2017	-	-	369.556	369.556
Amortização do ágio (2)	-	-	(11.951)	(11.951)
Ágio do investimento em 31/12/2018	-	-	357.605	357.605
Saldo de investimentos + ágio em 31/12/2018	3.322.280	-	32.892.257	36.214.537

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

(1) Os ajustes de conversão e de instrumentos financeiros reconhecidos no patrimônio líquido das investidas são registrados de maneira reflexa em outros resultados abrangentes no momento do ajuste da equivalência patrimonial.

(2) Amortização do ágio decorrente da variação do percentual de participação societária pela entrega de ações conforme descrito na nota 9.f.

i. Valepar S.A. e sua incorporação

Com o objetivo de viabilizar a listagem da Vale no segmento especial do Novo Mercado da B3 e a transformá-la em uma sociedade sem controle definido, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2017, a reestruturação da governança corporativa da Vale. Essa operação de reestruturação consistiu nas seguintes etapas:

- (i) Conversão voluntária das ações preferenciais classe A da Vale em ações ordinárias na relação de 0,9342 ação ordinária por ação preferencial;
- (ii) Alteração do Estatuto Social da Vale para adequá-lo, tanto quanto possível, às regras do Novo Mercado até que se possa, de forma efetiva, listar a Vale neste segmento especial; e
- (iii) Incorporação da Valepar pela Vale com uma relação de substituição que contemplasse um acréscimo do número de ações detido pelos acionistas da Valepar de, aproximadamente, 10% em relação à posição acionária atual da Valepar na Vale, e representasse uma diluição de cerca de 3% da participação dos demais acionistas da Vale em seu capital social.

Tendo em vista ter sido verificada a adesão de mais de 54,09% das ações preferenciais classe “A” (excluídas as ações em tesouraria) de emissão da Vale à conversão voluntária aprovada, foi realizada, em 14 de agosto de 2017, Assembleia Geral Extraordinária da Valepar S.A., na qual foi aprovada a incorporação desta pela Vale.

Em virtude da referida incorporação e consequente extinção da Valepar S.A., a Companhia e sua controlada Litel Participações S.A. passam a deter participação direta na Vale.

Como consequência da referida incorporação, a Companhia aumentou sua participação no capital social da Vale de 19,57% (indireta em conjunto) para 21,33% (direta em conjunto), tendo apurado um ganho de R\$ 524.946, que foi contabilizado diretamente no patrimônio líquido.

O objeto social da Valepar era exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Vale, da qual possuía 1.716.435 mil ações ordinárias e 20.340 mil ações preferenciais representativas de 33,70% do capital total e 53,90% do capital votante, ambos os percentuais desconsiderando as ações em tesouraria, sendo 1.265.316 mil ações ordinárias adquiridas em leilão de privatização, 303.272 mil ações ordinárias através de incorporação ao seu capital das ações detidas anteriormente pela Litel e, 168.187 mil ações, adquiridas pela Valepar em julho de 2008, sendo 147.847 mil ações ordinárias e 20.340 mil ações preferenciais, através de Oferta Global de Ações da Vale.

Até 14 de agosto de 2017, data de sua incorporação, o capital social da Valepar era dividido em 1.582.187 mil ações, sendo 1.300.906 mil ações ordinárias e 281.281 mil ações preferenciais classe A. Nessa mesma data, o investimento direto da Litel na Valepar correspondia a 838.308 mil ações representativas de 52,984% do capital total da Valepar.

Na Assembleia Geral Ordinária da Valepar realizada em 28 de abril de 2017 foi deliberado a título

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

de JCP o montante de R\$ 699.391 e a título de dividendos o montante de R\$ 15.896, correspondentes ao percentual de participação da Litel, e foram liquidados na mesma data.

ii. Vale S.A.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociado nas bolsas de São Paulo – B3 (Vale3), Nova York – NYSE (VALE), Paris – NYSE Euronext (Vale3) e Madri – LATIBEX (XVALO).

A Vale é produtora global de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos. A Vale também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, ferroligas, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto.

Em 14 de agosto de 2017, a Litel, a Bradespar S.A., o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e a Mitsui & Co. Ltd. celebraram Acordo de Acionistas da Vale, vinculando 20% das ações ordinárias de emissão da Vale pelo prazo de três anos.

Em 18 de outubro de 2017, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Vale e na Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais Classe “A” da Vale a proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais Classe “A” em ações ordinárias da Vale, na proporção de 0,9342 ação ordinária para cada ação preferencial Classe “A” detida. Desse modo, o capital social da Vale ficou dividido em 5.197.432 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria.

Na Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Vale realizada em 27 de fevereiro de 2018 foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 2.539.006, correspondente ao valor total bruto de R\$ 0,488511766 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 494.109 e, R\$ 47.398 correspondente ao percentual de participação da Litela.

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 25 de julho de 2018 foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 7.694.078, correspondente ao valor total bruto de R\$ 1,480361544 por ação ordinária, cabendo a Litel os montantes de R\$ 1.323.607 a título de juros sobre capital próprio e R\$ 173.716 a título de dividendos e, R\$ 126.970 e R\$ 16.663, respectivamente, correspondente ao percentual de participação da Litela.

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Vale era dividido em 5.197.432 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria. Nessa mesma data, o investimento direto da Litel na Vale correspondia a 1.011.457 mil ações ordinárias, representativas de 19,46% do capital social total, excluídas as ações em tesouraria. Em 25 de julho de 2018, o Conselho de Administração da Vale aprovou um programa de recompra de suas ações ordinárias, limitado ao máximo de 80.000 mil ações ordinárias. Esse programa será executado por um período de até 12 meses e as ações recompradas serão canceladas após o término do programa e/ou alienadas por meio dos programas de remuneração executiva. Diante disso, em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Vale está dividido em 5.126.258 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria, e o investimento direto da Litel na Vale corresponde a 978.747 mil ações ordinárias, representativas de 19,09% do capital social total, excluídas as ações em tesouraria. As variações no percentual de participação ocorridas durante o exercício de 2018, oriundas do programa de recompra de ações da Vale, geraram um ganho de R\$ 330.854.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em Assembleia Geral Extraordinária da Litel, ocorrida em 29 de novembro de 2018, foi deliberada a liquidação financeira de parte do saldo de JCP a pagar por meio da entrega de 32.709.876 ações da Vale detidas pela Companhia aos seus acionistas, correspondente ao montante de R\$ 1.700.914, conforme descrito na nota 9 (f). O valor contábil dessas ações que foram entregues, apresentadas na conta de Investimentos, era de R\$ 1.034.794 e foi baixado para o resultado do exercício em Ganho na alienação de participação societária. Como consequência, em cumprimento aos preceitos emanados pelo “CPC 18 – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28)”, houve também a realização proporcional de resultados abrangentes, apresentados no patrimônio líquido, nos valores de R\$ 344.217 e R\$ 34.200, respectivamente, para o resultado do exercício em Resultado da distribuição de ativos não financeiros, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Resultado da distribuição de ativos não financeiros	
Receita na alienação do investimento	1.700.914
Custo na alienação do investimento	(1.034.794)
Realização de resultado abrangente na entrega de ações	344.217
Realização de resultado abrangente na alteração do percentual de participação societária	34.200
	<u>1.044.537</u>

iii. Litela Participações S.A.

O saldo de investimento corresponde a 28.386 mil ações ordinárias representativas de 100% do capital total e votante da Litela, empresa constituída em 30 de janeiro de 2003. O objeto social da Litela é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais

Em 31 de dezembro de 2018, o investimento direto da Litel na Vale corresponde a 97.027 mil ações ordinárias, representativas de 1,89% do capital social total, excluídas as ações em tesouraria.

Como distribuição do resultado do exercício de 2018, a Litela está propondo a deliberação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, no montante de R\$ 109.276, a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

b. Investimentos - consolidado

Vale S.A.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vale	32.534.652	27.976.224
Vale (participação indireta no investimento da Litela)	3.225.276	2.683.694
	<u>35.759.928</u>	<u>30.659.918</u>
Ágio sobre o investimento da Litel	357.605	369.556
Ágio sobre o investimento da Litela	403.345	403.345
	<u>760.950</u>	<u>772.901</u>
	<u>36.520.878</u>	<u>31.432.819</u>

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A amortização do ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. O ágio não está sendo amortizado desde então, porém, sujeito ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

Para fins de teste do valor recuperável do investimento, a Companhia analisou indicadores internos e externos, a partir de premissas disponíveis no mercado, tais como projeção de preço das *commodities* e volumes de produção. Foi considerado também o critério de valor de mercado, utilizando a média ponderada das ações da Vale no exercício de 2018.

Concluimos, portanto, que o valor da Companhia investida em 2018, segundo nossas estimativas, supera o montante do saldo contábil do investimento incluindo a parcela do ágio não amortizado, dessa forma não sendo requerido nenhum ajuste de *impairment*.

8 Imposto de renda e Contribuição a pagar/ Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ e CSLL	-	585.476	9	585.476
PIS e COFINS	41	39.441	46	43.210
Outros tributos a pagar	40	15	42	20
	<u>81</u>	<u>624.932</u>	<u>97</u>	<u>628.706</u>

Para os anos-calendário 2018 e 2017 a Companhia optou pelo regime de lucro real anual.

O valor de IRPJ e CSLL a pagar em 31 de dezembro de 2017, contempla os tributos registrados na parte B do LALUR relacionados ao investimento em Valepar que foi realizado com a operação de incorporação desta pela Vale.

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis, em 31 de dezembro 2018 e de 2017 é composto por 275.514.349 ações, sendo 247.128.345 ações ordinárias, 730 ações preferenciais Classe A e 28.385.274 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Os acionistas em 31 de dezembro 2018 e 2017 são os seguintes:

Acionistas	Quantidade de ações							
	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil Carteira Ativa	193.740.143	78,40%	249	34,11%	28.385.274	100,00%	222.125.666	80,62%
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II	31.688.443	12,82%	26	3,56%	-	0,00%	31.688.469	11,50%
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.583.919	1,05%	2	0,27%	-	0,00%	2.583.921	0,94%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	74	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	220	0,00%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	19.115.693	7,74%	161	22,05%	-	0,00%	19.115.854	6,94%
Fundação CESP	73	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	219	0,00%
	247.128.345	100,00%	730	100,00%	28.385.274	100,00%	275.514.349	100,00%

b. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social. Seu saldo é de R\$ 1.421.296.

A Companhia deixou de constituir em 2012 a reserva legal por ter atingido os limites legais.

c. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva, no montante de R\$ 13.070.511 (R\$ 9.412.926 em 2017), poderá ser distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

d. Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária. Os montantes de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da Vale. A administração acredita que os dividendos adicionais a serem recebidos de Vale no futuro, serão suficientes para quitar os dividendos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	5.123.097	2.730.423
Juros sobre capital próprio deliberados em RCA	966.330	723.501
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	314.444	-
Total distribuído	1.280.774	723.501
Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício	25%	26%

O saldo residual do lucro líquido do exercício foi destinado à reserva de lucros a realizar.

e. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada do total de ações emitidas durante o exercício. Durante os exercícios de 2018 e 2017 não houve variação na quantidade de ações ordinárias e preferenciais da Companhia.

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 31 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 14.000 a título de JCP relativos à reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Em 28 de abril de 2017, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 369.147 a título de JCP relativos à reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Na Assembleia Geral Ordinária da Litel realizada em 28 de abril de 2017 foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao lucro do exercício de 2016 no valor de R\$ 496.929, que foram parcialmente liquidados pela Companhia em 10 de maio de 2017 no montante de R\$ 75.959.

Em 31 de agosto de 2017, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 367.464 a título de JCP relativos à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2017.

Em 5 de outubro de 2017, os diretores da Companhia autorizaram a liquidação financeira de JCP remanescentes da deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2012, no valor de R\$ 203.253.

Em 28 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 356.037 a título de JCP relativos à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2017.

Em 28 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 184.738 a título de JCP relativos à reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Em 25 de maio de 2018, os diretores da Companhia autorizaram a liquidação financeira de JCP remanescentes da deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2012 e parte da deliberação ocorrida em 28 de dezembro de 2012, totalizando o montante de R\$ 554.217.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em 30 de julho de 2018, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 485.747 a título de JCP relativos à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2018.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Litel iniciada em 29 de novembro de 2018, suspensa e encerrada em 7 de dezembro de 2018, foi aprovado o pagamento dos juros sobre o capital próprio, mediante a entrega aos acionistas de ações da Vale, abaixo discriminados:

- (i) Parcela final dos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 279.800;
- (ii) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2013, no valor de R\$ 644.920;
- (iii) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 523.500; e
- (iv) Primeira parcela dos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2014, no valor de R\$ 252.694. O valor remanescente de R\$ 353.797 terá a data e a forma do seu pagamento oportunamente definido pela Administração da Companhia.

O valor total pago aos acionistas foi de R\$ 1.700.914, sendo tal quantia restituída aos acionistas proporcionalmente à participação de cada um no capital social da seguinte forma: (i) considerando que ações são indivisíveis, a Companhia realizou a entrega, na data de 10 de dezembro de 2018, de 32.709.876 ações ordinárias de emissão da Vale que a Companhia possuía, cujo valor de mercado, utilizando o fechamento do dia 29 de novembro de 2018, era de R\$ 52,00; e (ii) a distribuição em dinheiro, até a data de 12 de dezembro de 2018, de R\$ 165,36, nas seguintes condições: (a) foi atribuída 0,11872294962 ações da Vale para cada 01 (uma) ação de emissão da Companhia e as respectivas frações em dinheiro; e (b) os acionistas com direito à restituição de menos de 0,11872294962 ações de emissão da Vale receberam o valor equivalente às suas participações em dinheiro.

Em 28 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 480.583 a título de JCP relativos à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2018.

Como distribuição do resultado do exercício de 2018, a Litel está propondo a deliberação de dividendos complementares ao mínimo obrigatório, no montante de R\$ 314.444, a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

A movimentação de proventos propostos e pagos pela administração aos acionistas da Companhia referentes aos exercícios de 2018 e 2017 está composta da seguinte forma:

Litel Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

	2018	2017
Saldo Inicial	5.355.047	4.664.542
JCP deliberados no exercício	1.151.068	1.106.648
Pagamento de JCP no exercício	(2.255.131)	(365.253)
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	314.444	-
Atualização monetária de dividendos a pagar	28.525	25.069
Pagamento de dividendos no exercício	-	(75.959)
	4.593.953	5.355.047

10 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(13.694)	(6.869)	(14.135)	(7.346)
Remuneração de conselheiro	(109)	(7)	(109)	(7)
Tributos (*)	(168.161)	(107.872)	(184.290)	(117.847)
Outras	(8)	(5)	(10)	(107)
	(181.972)	(114.753)	(198.544)	(125.307)

(*) Referem-se, basicamente, ao PIS e COFINS incidentes sobre o montante de JCP deliberado pela Vale.

11 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	21.460	27.565	25.467	27.823
Variações monetárias - créditos fiscais	2.078	32.030	2.596	32.056
Outras receitas financeiras	890	-	890	-
	24.428	59.595	28.953	59.879
Despesas financeiras				
Variações monetárias - dividendos a pagar	(28.525)	(25.069)	(28.525)	(25.069)
Tributos sobre receitas financeiras	(1.094)	(3.125)	(1.338)	(3.233)
Outras despesas financeiras	(1.844)	(4.270)	(1.845)	(5.421)
	(31.463)	(32.464)	(31.708)	(33.723)
Resultado financeiro líquido	(7.035)	27.131	(2.755)	26.156

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

12 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui nenhum processo considerado como de perda provável. Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme preceitos estabelecidos no CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 37).

A Litel foi parte em um Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia e a Bradespar S.A., no qual a Elétron requereu o direito de adquirir um número específico de ações ordinárias da Valepar S.A. (“Call Citibank”), e de ser indenizada por eventuais perdas e danos. Nas sentenças parcial e final proferidas, respectivamente, nos anos de 2009 e 2011, o Tribunal Arbitral decidiu que a Bradespar e a Litel, de forma solidária estariam obrigadas a proceder à venda de 37.500.000 ações ordinárias da Valepar S.A. à Elétron contra o pagamento de R\$ 632.007 corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data de seu efetivo pagamento, além de ressarcir os dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos às ações objeto de transferência, a partir de 11 de junho de 2007 corrigidos pelo CDI. A Litel, por meio de seus advogados, ingressou com ação anulatória contra a sentença parcial e outra ação anulatória contra a sentença final (“Ações Anulatórias”).

Ainda relacionado à arbitragem supramencionada, Litel e Bradespar também eram partes em uma ação de execução de sentença arbitral, proposta pela Elétron S.A. visando compeli-las à venda de 37.500.000 Ações Ordinárias da Valepar, a qual foi convertida em obrigação de fazer em perdas e danos.

A Litel também era parte em outro Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia, Bradesplan, Clube de Investimentos dos Empregados da Vale - Investvale e Sweet River Investments, no qual a Elétron requeria, em síntese, a condenação das Requeridas por supostos prejuízos correspondentes à diminuição indevida de sua participação no capital social da Valepar, considerada à época do aumento de capital, abrangendo os lucros cessantes, incluindo mas não se limitando aos dividendos e lucros sobre capital próprio.

Em 2015, dentro do mesmo contexto da ação de execução de sentença arbitral acima mencionada, a Elétron S.A. instaurou um novo procedimento arbitral visando o ressarcimento dos eventuais prejuízos que ainda serão apurados no decorrer da Arbitragem.

Em 26 de setembro de 2018, foi homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial o termo de Transação Extintiva de Litígio (“Transação”) entre Litel, Bradespar e Elétron, nos autos da Ação de Execução, encerrando de todos os três litígios supracitados (Arbitragem nº 2010.00863 - “Expansão Valepar”, Ação de Execução nº 0338801-16.2014.8.19.0001 e Arbitragem nº 2015.00905 – 3ª Arbitragem) além das ações anulatórias distribuídas por Litel (Ação Anulatória nº 0093326-60.2010.8.19.0001 e Ação Anulatória nº 0495870-19.2011.8.19.0001) e ações anulatórias propostas por Bradespar, assim como todos os recursos e incidentes a elas relacionados. Em contrapartida para

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

o encerramento dos litígios, Litel e Bradespar efetivaram o pagamento na mesma data do valor de R\$ 2.820.000, de forma solidária e na proporção de 50% cada uma em moeda nacional corrente. Extinta a execução, na forma do art. 924, II, do CPC, a Elétron conferiu quitação à Litel e Bradespar, e Litel e Bradespar à Elétron, de forma ampla, geral e irrestrita, em caráter irretratável e irrevogável, sobre todas e quaisquer divergências existentes e que possam existir relativos aos eventos ocorridos por força dos fatos objeto das ações judiciais e arbitrais, bem como sobre quaisquer fatos acerca da sua participação na Valepar e das obrigações constantes do Acordo de Acionistas Valepar.

O valor de R\$1.410.000, correspondente aos 50% de responsabilidade da Litel, foi contabilizado no resultado do exercício em 26 de setembro de 2018 (R\$ 1.185.386 já havia sido contabilizado no trimestre findo em 30 de junho de 2018, ainda como uma provisão). Por fim, destaca-se que os prejuízos arcados pela Litel em decorrência da arbitragem do Call Citibank poderão ser objeto de ação de ressarcimento movida pela Litel em face de terceiros.

Em novembro de 2018, a Litel propôs ação em face de Bradespar e Bradesplan pleiteando o ressarcimento dos valores desembolsados no âmbito da Transação (acima definida). Tal processo instaurado tramita em segredo de justiça e a probabilidade de perda deste processo foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

13 Partes relacionadas e remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não tem quaisquer saldos e/ou transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional com partes relacionadas, exceto os depósitos bancários e as aplicações em fundo de investimento detidos junto ao Banco do Brasil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, bem como não possui quaisquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a Companhia mantém uma relação comercial.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de dezembro de 2017 os conselheiros, por unanimidade, deliberaram autorizar a Diretoria da Companhia a efetuar o pagamento de remuneração ao Conselho de Administração, no montante de R\$ 10 mensais.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 4.593.953 (R\$ 5.355.047 em 31 de dezembro de 2017) relativo ao passivo com partes relacionadas refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aos seus acionistas, que poderão ser quitados quando do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

14 Eventos subsequentes

Evento subsequente - Rompimento da barragem de Brumadinho da Vale

Considerando a participação relevante que a Companhia possui na Vale e, por ser este o seu principal ativo, julgamos relevante destacar em eventos subsequentes o rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão da Vale, que pertence ao Complexo Paraopebas no Sistema Sul, localizada em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil ("Barragem de Brumadinho"), ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Os valores que estão sendo apresentados nos parágrafos a seguir encontram-se em reais.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A Barragem de Brumadinho estava inativa desde 2016 (sem descarte adicional de rejeitos) e não havia nenhuma outra atividade operacional na barragem. Devido ao rompimento, 306 pessoas perderam suas vidas ou estão desaparecidas e ecossistemas foram afetados. Aproximadamente 11,7 milhões de toneladas de resíduos de minério de ferro estavam depositados na Barragem de Brumadinho. Ainda não se sabe o exato volume que saiu da estrutura por ocasião de seu rompimento. Os rejeitos percorreram cerca de 270 km de extensão, destruindo instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando impactos ao meio ambiente. O rio Paraopeba e seus ecossistemas também foram impactados pelo evento.

A Vale não vem poupando esforços ao amparo das vítimas e à mitigação e reparação dos danos, sociais e ambientais, decorrentes do rompimento. A Vale proporcionou esse suporte mediante diversas frentes de ação, todas com o objetivo de assegurar toda a assistência humanitária necessária aos afetados pelo rompimento da barragem.

Para apurar as causas do ocorrido, a Vale contratou um painel de especialistas independentes. Além disso, a Vale também estabeleceu três Comitês Independentes de Assessoramento Extraordinário para dar suporte ao Conselho de Administração, que são compostos por membros independentes, não relacionados com a administração ou as operações da mesma, para garantir que as iniciativas e ações dos comitês sejam imparciais. Os comitês estão relacionados a seguir:

- (i) O Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração (“CIAEA”), dedicado à investigação das causas e responsabilidades pelo rompimento da Barragem de Brumadinho;
- (ii) O Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apoio e Reparação (“CIAEAR”), dedicado ao acompanhamento das medidas tomadas para o suporte e reparação dos atingidos e recuperação das áreas afetadas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho, assegurando que todos os recursos necessários serão aplicados; e
- (iii) O Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Segurança de Barragens (“CIAESB”), dedicado a assessorar o Conselho de Administração nas questões relacionadas ao diagnóstico das condições de segurança, gerenciamento e mitigação de risco relacionados às barragens de rejeitos da Vale, bem como recomendará medidas a serem tomadas para reforçar as condições de segurança das barragens utilizadas pela Vale.

Adicionalmente, a Vale determinou a suspensão (i) da remuneração variável de seus executivos; (ii) da Política de Remuneração aos Acionistas e (iii) de qualquer outra deliberação relacionada à recompra de ações.

a) Impactos financeiros decorrentes do rompimento da barragem

A Vale concluiu que o rompimento da barragem e os desdobramentos subsequentes não se referem a uma condição existente na data das demonstrações financeiras e, portanto, não origina ajustes nos valores contábeis reconhecidos em 31 de dezembro de 2018. Portanto, todos os impactos contábeis serão refletidos em 2019.

No estágio atual das investigações, apurações das causas e possíveis ações de terceiros, não é possível mensurar de forma confiável todos os potenciais custos que a Vale poderá incorrer para fins de divulgação nas demonstrações financeiras. Os valores que estão sendo divulgados relacionados a este evento foram baseados nas melhores estimativas da Administração.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

i) Paradas de operação e descaracterização das barragens a montante

Em 29 de janeiro de 2019, a Vale formalizou ao mercado e às autoridades brasileiras sua intenção de acelerar o plano de descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos de mineração construídas pelo método de alteamento a montante (o mesmo método da Barragem de Brumadinho) existentes no Brasil. A descaracterização significa que a estrutura será desmobilizada e não terá mais suas características operacionais originais.

A Vale está trabalhando na elaboração dos respectivos projetos de descaracterização das barragens a montante que, após concluídos, serão submetidos para aprovação das autoridades competentes, de acordo com os regulamentos e requerimentos legais. A estimativa inicial, baseada em estudos preliminares, realizada em 29 de janeiro de 2019, indicava gastos de R\$ 5 bilhões para retirada e reprocessamento de todo o material existente nas barragens, seguido da recuperação total das áreas no processo de descaracterização.

Antes do evento, os planos para o descomissionamento dessas barragens até então eram baseados em métodos que asseguravam a estabilidade física e química das estruturas, sem necessariamente prever, a retirada e processamentos dos rejeitos existentes. Após o evento, a Vale está trabalhando em um plano detalhado de engenharia individual para cada uma dessas barragens que irá permitir a sua descaracterização total. Até o presente momento não é possível definir os custos a serem incorridos nessas descaracterizações e assim que uma nova estimativa concreta seja definida, a Vale divulgará e reconhecerá a obrigação em 2019.

Para realizar com segurança a descaracterização das barragens, a Vale paralisou temporariamente a produção das unidades onde as estruturas de barragem a montante estão localizadas. A paralisação resulta numa perda aproximada de produção de 40 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

Adicionalmente, a Vale possui outras operações que se encontram temporariamente suspensas, por decisões judiciais ou por análises técnicas das barragens efetuadas por ela própria, que totalizam uma potencial perda de venda de 52,8 milhões de toneladas de minério de ferro. A Vale está trabalhando em medidas técnicas e legais para a retomada dessas operações.

Em decorrência do rompimento da Barragem de Brumadinho e revisão de critérios de segurança das demais barragens na região de Minas Gerais, pessoas foram realocadas quando necessário em moradias provisórias.

ii) Baixa de ativos

Como resultado do evento e em conjunto com a decisão de aceleração do plano de descaracterização das barragens a montante, a Vale registrará em 2019, a baixa dos ativos da mina Córrego do Feijão e os relacionados às barragens a montante no Brasil, resultando em uma perda de R\$ 480 milhões, que impactará o seu balanço patrimonial e a sua demonstração do resultado.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

iii) Acordos

A Vale vem trabalhando junto às autoridades competentes e com a sociedade para reparar os impactos ambientais e sociais decorrentes do evento. Nesse sentido, a Vale realizou negociações e celebrou acordos com as autoridades competentes, bem como com pessoas afetadas pelo evento.

Ministério Público do Trabalho

Em 15 de fevereiro de 2019, a Vale celebrou um acordo parcial com o Ministério Público do Trabalho para indenizar os empregados diretos e terceirizados da mina do Córrego do Feijão que foram impactados pelo término da operação. Nos termos do acordo, a Vale manterá os empregos dos seus empregados diretos até 31 de dezembro de 2019. Quanto aos empregados terceirizados que foram dispensados, a Vale auxiliará na sua recolocação no mercado ou manterá o pagamento do seu salário até 31 de dezembro de 2019.

A Vale adicionalmente manterá regularmente o pagamento dos salários das pessoas desaparecidas até que sejam consideradas vítimas fatais do evento pelas autoridades competentes, assim como pagará às famílias das vítimas fatais um montante equivalente à 2/3 de seus salários até 31 de dezembro de 2019 ou até a celebração de um acordo final com o Ministério Público do Trabalho.

Com base nos termos propostos pela Vale e levando em consideração as incertezas relacionadas aos procedimentos necessários para estimar o valor total a ser dispendido com as indenizações, incluindo o número de indivíduos com direito a recebê-las, foi estimado que os acordos resultarão em uma provisão de aproximadamente R\$ 850 milhões em 2019.

A Vale fornecerá, ainda, o benefício de seguro médico vitalício aos cônjuges viúvos e um benefício semelhante aos dependentes das vítimas até que atinjam 22 anos. Devido ao estágio preliminar deste acordo e considerando a complexidade de uma estimativa atuarial, ainda não é possível determinar os potenciais resultados ou estimativas confiáveis para tal medida, razão pela qual o montante da provisão referente a essa obrigação não pôde ser estimado. A Vale espera ter essa informação durante o ano de 2019.

Governo Federal, Estado de Minas Gerais, Ministério Público e Defensoria Pública

Em audiência judicial realizada em 20 de fevereiro de 2019, no âmbito da ação civil pública nº 5010709-36.2019.8.13.0024, em trâmite perante a 6ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte, a Vale firmou um acordo preliminar junto ao Estado de Minas Gerais, o Governo Federal, e representantes do Ministério Público Federal e do Estado de Minas Gerais e da Defensoria Pública Federal e do Estado de Minas Gerais nos termos do qual assumiu a obrigação de realizar o pagamento emergencial aos moradores de Brumadinho e das comunidades que estiverem localizadas até um quilômetro do leito do Rio Paraopeba, desde Brumadinho até a cidade de Pompéu (MG), mediante prévio cadastro.

Em razão desse acordo, a Vale vai antecipar as indenizações por meio de pagamentos mensais, para cada membro da família e durante um período de 12 meses. Tais pagamentos mensais variam, entre outros, em função da idade. A Vale estimou inicialmente que a obrigação assumida resultará em uma provisão entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões, a depender do número de beneficiários que serão cadastrados.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

O acordo ainda prevê as seguintes medidas: (i) contratação de assessoria técnica independente para que os atingidos possam, se quiserem, avaliar suas indenizações individuais; e (ii) reembolso ou custeio direto das despesas extraordinárias do Estado de Minas Gerais, seus órgãos e sua Administração indireta em razão do rompimento, inclusive despesas de transporte, alojamento e alimentação dos servidores envolvidos nos trabalhos de resgate e demais ações emergenciais. Os respectivos montantes ainda estão sendo apurados pelo Estado de Minas Gerais e serão apresentados em Juízo.

iv) Doações e outras despesas incorridas

Doações

A Vale ofereceu doações de R\$ 100 mil para cada uma das famílias com entes desaparecidos ou falecidos, R\$ 50 mil às famílias que residiam nas áreas da Zona de Autossalvamento (ZAS) da barragem rompida, R\$ 15 mil àqueles que desenvolviam atividades produtivas na ZAS e R\$ 5 mil para cada família moradora da ZAS da barragem sul superior da Mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG). O valor incorrido até o momento é de cerca de R\$ 62 milhões. Essas doações humanitárias não configuram antecipação de eventuais indenizações que a Vale poderá ter com seus beneficiários.

A Vale também celebrou um termo de doação com o Município de Brumadinho mediante o qual doará ao município o valor aproximado de R\$ 80 milhões, num prazo de 4 anos.

Meio ambiente e fauna

A Vale está construindo diques de contenção para reter os rejeitos depositados nas áreas impactadas. A Vale também promoveu a instalação de barreiras antiturbidez no Rio Paraopeba, para conter a evolução da mancha de turbidez, além da mobilização para dragagem de parte do material liberado, incluindo a limpeza e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba.

Além disso, foram instalados pontos de coletas diárias de água e sedimento ao longo do Rio Paraopeba, reservatório Três Maias e rio São Francisco.

A Vale conta, ainda, com estruturas dedicadas e equipes especializadas para resgate, acolhimento e tratamento exclusivo dos animais resgatados das áreas impactadas, possibilitando o atendimento emergencial e recuperação para que, após autorização veterinária, eles sejam devolvidos aos seus lares e respectivos tutores.

Além disso, a Vale concordou em pagar multas administrativas impostas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD MG, que somam cerca de R\$ 99 milhões.

A Vale incorreu nos seguintes gastos até o presente momento (em milhões de Reais):

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	2019
Despesas incorridas:	
Sanções administrativas	100
Doações às pessoas afetadas e municípios	62
Perfuração e infraestrutura	20
Recuperação Ambiental	17
Assistência médica e outros materiais	9
Combustível e transporte	8
Outros (*)	85
	301

(*) Incluem gastos com comunicação, realocações, assistência humanitária, equipamentos, serviços jurídicos, água, ajuda alimentícia, impostos, entre outros.

Dos eventos até aqui identificados, uma parcela substancial não foi desembolsada ou mensurada. Os custos com empregados envolvidos com as medidas relacionadas ao evento (incluindo mão-de-obra), equipamentos e materiais próprios da Vale não foram mensurados.

b) Contingências e outras questões legais

A Vale está sujeita a contingências significativas em razão do rompimento da Barragem de Brumadinho. A Vale já é parte em diversas investigações e processos judiciais e administrativos movidos por autoridades e pessoas afetadas. Novos processos são esperados. A Vale ainda está avaliando essas contingências e realizará provisões, com base nas evoluções desses processos. Devido ao estágio preliminar das investigações e processos, não é possível determinar um conjunto de resultados ou estimativas confiáveis da exposição potencial relacionada à ruptura da barragem neste momento.

Ações judiciais

Em 27 de janeiro de 2019, após liminares concedidas relativamente aos requerimentos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Estado de Minas Gerais, a Vale sofreu bloqueios e ordens de transferências judiciais totalizando R\$ 11 bilhões em suas contas bancárias para garantir a adoção das medidas necessárias para assegurar a estabilidade de outras barragens do complexo de minas do Córrego do Feijão, proporcionar acomodação e assistência às pessoas afetadas, remediar os impactos ambientais, entre outras obrigações.

Em 31 de janeiro de 2019, o Ministério Público do Trabalho ajuizou uma Ação Civil Pública e duas decisões preliminares foram concedidas determinando o bloqueio de R\$ 1,6 bilhões nas contas bancárias da Vale para assegurar a indenização de empregados diretos e terceirizados que trabalhavam na mina Córrego do Feijão no momento do rompimento da Barragem de Brumadinho.

Em 18 de março de 2019, Ministério Público do Estado de Minas Gerais propôs Ação Civil Pública, na qual foi proferida decisão liminar de forma a determinar o bloqueio de R\$ 1 bilhão nas contas bancárias da Vale para garantir o ressarcimento das perdas sofridas em razão da remoção da população da área de Sebastião de Águas Claras – comunidade de Macacos (MG).

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em 25 de março de 2019, Ministério Público do Estado de Minas Gerais propôs Ação Civil Pública, na qual foi proferida decisão liminar de forma a determinar o bloqueio de R\$ 2,95 bilhões nas contas bancárias da Vale para garantir o ressarcimento das perdas sofridas em razão da remoção da população da área de Gongo Soco, Barão de Cocais. Dessa forma, ao todo, cerca de R\$ 16,6 bilhões de disponibilidades da Vale foram bloqueadas, sendo que deste montante cerca de R\$ 12,6 bilhões foram convertidos em depósitos judiciais.

Outras ações coletivas e individuais relacionadas ao rompimento da Barragem de Brumadinho foram arquivadas. Algumas ações coletivas foram julgadas extintas pelo juízo de primeira instância.

Sanções administrativas

Adicionalmente, a Vale foi notificada da imposição de multas administrativas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), no valor de R\$ 250 milhões, além de uma multa diária de R\$ 100 mil, lavrada em 07 de fevereiro de 2019, tendo apresentado defesas contra todas elas. Ademais, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Brumadinho também aplicou multas que somam cerca de R\$ 108 milhões, que também estão sendo defendidas administrativamente.

Ações coletivas nos Estados Unidos

A Vale e alguns de seus atuais executivos foram indicados como réus em requerimentos para possíveis ações coletivas perante Tribunais Federais de Nova York, ajuizada por detentores de American Depositary Receipts (“ADRs”) de emissão da Vale, com base na legislação federal americana sobre valores mobiliários. Os requerimentos iniciais alegam que a Vale fez declarações falsas e enganosas ou deixou de fazer divulgações relativas aos riscos e danos potenciais de um rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão. Os autores não especificaram valores dos prejuízos alegados nessas demandas. A Vale pretende defender-se desses processos e preparar uma defesa completa contra todas as alegações. Como consequência da natureza preliminar desses procedimentos, não é possível determinar, neste momento, o resultado ou estimativas confiáveis da exposição potencial, razão pela qual não foi possível estimar o valor da eventual provisão a eles relacionada, a qual, se for o caso, será reconhecida em 2019.

A Vale está negociando com as seguradoras com base nas suas apólices de seguro de risco operacional, responsabilidade civil geral e riscos de engenharia, mas essas negociações ainda estão em um estágio inicial. Qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura dos seguros, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização para a Vale foi reconhecida nas suas demonstrações financeiras.

* * *

Renato Proença Lopes – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley – Diretor Financeiro

Marcel Juvinião Barros – Diretor sem designação específica

Marília de Oliveira Carmo – Diretora Administrativa

Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0

